



Regime Geral de Previdência Social: Balanço do Ano de 2009

O ano de 2009 apresentou um crescimento de 82,6% (+R\$ 1,2 bilhão) na necessidade de financiamento do Regime Geral de Previdência Social para a clientela urbana, passando de R\$ 1,5 bilhão, em 2008, para R\$ 2,7 bilhões em 2009. Esse crescimento é resultado, principalmente, da crise econômica mundial que limitou fortemente o crescimento da arrecadação líquida, especialmente no primeiro semestre de 2009.

Já na área rural esse efeito não teve tanta relevância, registrando um aumento na necessidade de financiamento de 9,8% (+R\$ 3,7 bilhões) entre 2008 e 2009, fruto do crescimento vegetativo dessa clientela, associado ao reajuste do salário mínimo, concedido em fevereiro de 2009, que elevou o piso previdenciário para R\$ 465,00 (+12,0%), destacando que 98,6% dos benefícios rurais emitidos para pagamentos – que representam 7,9 milhões de beneficiários - estão na faixa de valor igual a um piso previdenciário.

Em 2009, a arrecadação das áreas urbana e rural somou, respectivamente, R\$ 180,0 bilhões e R\$ 4,6 bilhões, totalizando R\$ 184,6 bilhões. Comparando com o ano de 2008, houve um crescimento de 6,7% (+R\$ 11,3 bilhões) na área urbana e queda de 12,6% (-R\$ 665,8 milhões) na área rural. Em relação à despesa com benefício, R\$ 182,7 bilhões destinaram-se à clientela urbana, aumento de 7,4% (+R\$ 12,6 bilhões), e R\$ 45,5 bilhões à rural, crescimento de 7,0% (+R\$ 3,0 bilhões).

TABELA 1

Evolução da Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios Previdenciários e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural – Acumulado no ano de 2009 – R\$ milhões de Dez/2009 - INPC

Ano	Clientela	Arrecadação Líquida (a)	Benefícios Previdenciários (b)	Resultado (a – b)
2007	TOTAL	159.318	210.318	(51.001)
	Urbano	154.498	168.804	(14.306)
	Rural	4.819	41.515	(36.695)
2008	TOTAL	173.908	212.626	(38.717)
	Urbano	168.611	170.108	(1.497)
	Rural	5.298	42.518	(37.220)
2009	TOTAL	184.578	228.192	(43.615)
	Urbano	179.946	182.680	(2.734)
	Rural	4.632	45.512	(40.880)

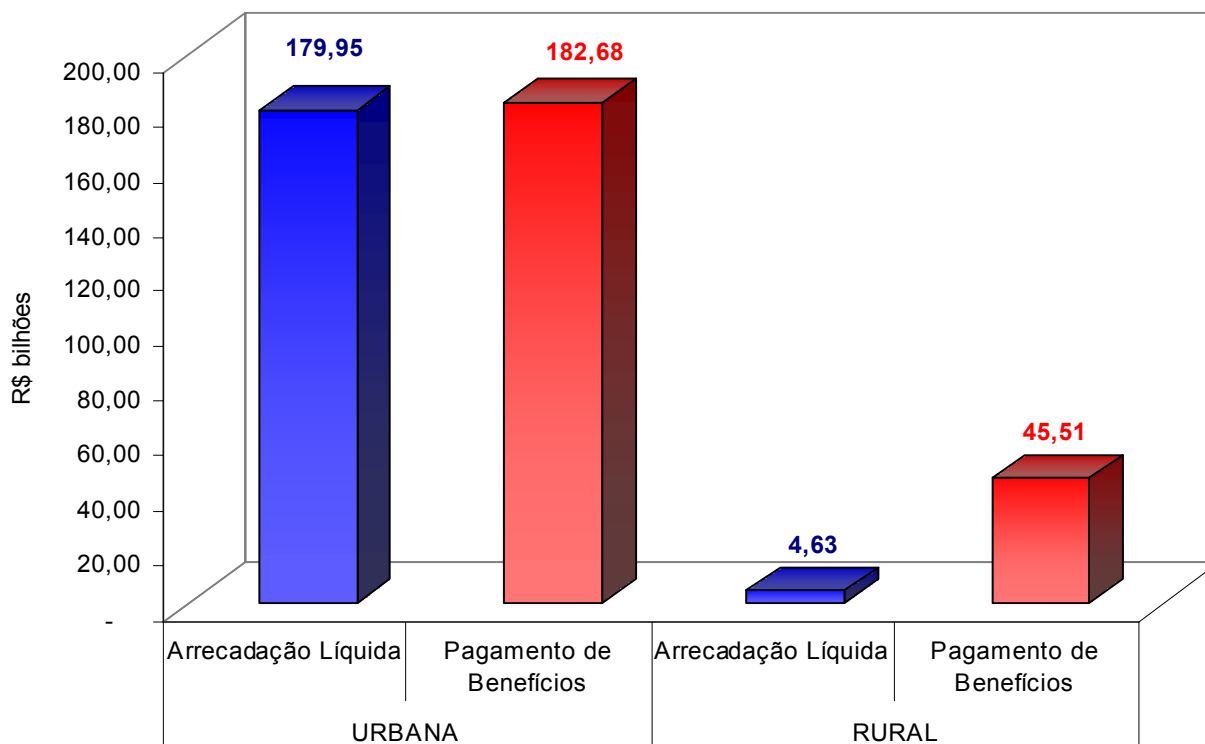
Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) Elaboração: SPS/MPS



Enquanto na área urbana a arrecadação líquida cobriu 98,5%, 99,1% e 91,5% do total de benefícios pagos em 2009, 2008 e 2007, respectivamente, na área rural essa relação foi de 10,2%, 12,5% e 11,6%. Estes resultados mostram que há uma tendência de equilíbrio entre receita e despesa na área urbana. Já a necessidade de financiamento extremamente alta no meio rural é consequência da importante política de inclusão previdenciária destinada aos trabalhadores rurais que vivem em regime de economia familiar.

GRÁFICO 1

Evolução da Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios Previdenciários e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural – Acumulado no ano de 2009 – R\$ bilhões de Dez/2009 - INPC



Fonte: Fluxo de Caixa INSS; Informar/INSS
Elaboração: SPS/MPS

Analisando, em conjunto, a clientela urbana e rural do Regime Geral de Previdência Social, o ano de 2009 apresentou um crescimento de 12,6% (+R\$ 4,9 bilhões) na necessidade de financiamento, na comparação com 2008, após a redução de 24,1% experimentada em 2008 na comparação com 2007. Esse crescimento na necessidade de financiamento é resultado, principalmente, da crise econômica mundial que fez com que a despesa com pagamento de benefícios fechasse o ano com crescimento superior ao crescimento da arrecadação líquida.

A necessidade de financiamento passou de R\$ 38,7 bilhões, em 2008, para R\$ 43,6 bilhões, em 2009, resultado de uma arrecadação líquida acumulada nesse ano de R\$ 184,6 bilhões frente a uma despesa com benefícios previdenciários

EXPEDIENTE: *Ministro da Previdência Social: José Pimentel • Secretário Executivo: Carlos Eduardo Gabas • Secretário de Políticas de Previdência Social: Helmut Schwarzer • Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social: João Donadon • Diretor do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público: Delúbio Gomes Pereira da Silva • Coordenador-Geral de Estudos Previdenciários: Emanuel de Araújo Dantas • Corpo Técnico: Carolina Verissimo Barbieri, Edvaldo Duarte Barbosa e Graziela Ansiliero • Distribuição: Sarah Priscilla Guimarães.*

O Informe de Previdência Social é uma publicação mensal do Ministério da Previdência Social - MPS, de responsabilidade da Secretaria de Políticas de Previdência Social e elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários. Impressão: Assessoria de Comunicação Social/MPS. Também disponível na internet no endereço: www.previdencia.gov.br

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que citada a fonte.

CORRESPONDÊNCIA: *Ministério da Previdência Social • Secretaria de Políticas de Previdência Social
Esplanada dos Ministérios Bloco "F" - 7º andar, sala 750 • 70.059-900 - Brasília-DF
Tel. (0XX61) 2021-5011. Fax (0XX61) 2021-5408 • e-mail: cgep@previdencia.gov.br*

de R\$ 228,2 bilhões. A relação percentual entre o crescimento da arrecadação líquida e o crescimento da despesa com pagamento de benefícios ficou, entre 2008 e 2009, em 6,1% (+R\$ 10,7 bilhões) e 7,3% (+R\$ 15,6 bilhões), respectivamente.

De 2005 a 2008, o incremento na arrecadação líquida, em termos percentuais, foi maior que nas despesas com benefícios previdenciários, o que reforça a importância do crescimento da arrecadação sobre a diminuição no ritmo da necessidade de financiamento da Previdência Social. Entre 2007 e 2008 houve crescimento de 9,2% (+R\$ 14,0 bilhões) para a arrecadação líquida e de 1,1% (+R\$ 2,2 bilhões) para o pagamento de benefícios.

Dentre os fatores que explicam o incremento da arrecadação líquida no ano de 2009, os principais são: (i) a recuperação do mercado de trabalho formal; (ii) o empenho gerencial na expansão da arrecadação como um todo; (iii) a elevação do teto do RGPS de R\$ 3.038,99 para R\$ 3.218,90 a partir de fevereiro de 2009 (com a antecipação de um mês em relação a 2008), fato que ampliou a base de contribuição e elevou as receitas correntes.

Entre os principais fatores que contribuíram para o crescimento da despesa com benefícios previdenciários, pode-se citar: (i) o reajuste acima da inflação concedido ao salário mínimo (em fevereiro de 2009), fazendo com que o piso previdenciário – que em dezembro determinou o valor recebido por 69,0% dos beneficiários da Previdência Social (representa 18,7 milhões de beneficiários) – tenha tido um ganho significativo no seu valor real; (ii) o crescimento vegetativo, natural, do estoque de benefícios; (iii) reajuste dos benefícios com valor superior a 1 salário mínimo, concedido em fevereiro de 2009, com base no INPC do período de fevereiro de 2008 a janeiro de 2009.

TABELA 2

Arrecadação Líquida, Benefícios Previdenciários e Saldo Previdenciário Dezembro/2008, Novembro/2009 e Dezembro/2009 - Valores em R\$ milhões de Dezembro/2009 - INPC

	dez/08 (A)	nov/09 (B)	dez/09 (C)	Var. % (C/B)	Var. % (C/A)	Acum. Jan. a dez/08	Acum. Jan. a dez/09	Var. %
1. Arrecadação Líquida (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)	23.908,9	16.848,8	25.591,6	51,9	7,0	173.908,4	184.577,7	6,1
1.1. Receitas Correntes	24.601,5	15.688,9	26.322,1	67,8	7,0	182.314,1	192.013,7	5,3
Pessoa Física (1)	659,6	629,4	710,9	13,0	7,8	6.654,8	7.054,8	6,0
SIMPLES - Recolhimento em GPS (2)	896,1	613,8	996,2	62,3	11,2	6.743,5	7.367,7	9,3
SIMPLES - Repasse STN (3)	1.008,4	1.244,8	1.277,1	2,6	26,6	11.436,6	12.953,7	13,3
Empresas em Geral	17.531,8	9.867,7	18.572,7	88,2	5,9	120.825,4	125.204,6	3,6
Entidades Filantrópicas (4)	224,7	123,6	238,7	93,1	6,2	1.484,0	1.580,5	6,5
Órgãos do Poder Público - Recolhimento em GPS (5)	1.581,7	1.035,0	2.160,4	108,7	36,6	9.010,5	11.367,0	26,2
Órgãos do Poder Público - Retenção FPM/FPE (6)	555,6	382,2	382,7	0,1	(31,1)	6.392,8	5.980,2	(6,5)
Clubes de Futebol	2,9	4,1	3,6	(10,7)	24,5	52,4	60,0	14,4
Comercialização da Produção Rural (7)	222,3	244,3	222,7	(8,8)	0,2	3.039,8	3.066,7	0,9
Retenção (11%)	1.431,7	1.266,2	1.421,5	12,3	(0,7)	13.952,5	14.507,1	4,0
Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (10)	232,0	73,4	66,6	(9,3)	(71,3)	719,9	776,0	7,8
Reclamatória Trabalhista	247,7	195,5	193,9	(0,8)	(21,7)	1.921,6	1.926,1	0,2
Outras Receitas	7,0	9,1	75,1	730,0	971,2	80,4	169,4	110,8
1.2. Recuperação de Créditos	862,0	2.661,3	831,2	(68,8)	(3,6)	9.605,2	11.369,4	18,4
Arrecadação / Comprev / Dec.6.900/09 (8)	0,0	0,0	0,2	1.867,7	-	0,0	0,7	-
Arrecadação / Lei 11.941/09 (9)	0,0	403,2	183,4	(54,5)	-	0,0	732,6	-
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (11)	22,0	13,6	10,5	(23,1)	(52,5)	325,2	226,2	(30,4)
Depósitos Judiciais - Recolhimentos em GPS (12)	2,9	2,4	1,0	(57,2)	(65,1)	59,4	37,3	(37,3)
Depósitos Judiciais - Repasse STN (13)	139,7	1.418,7	213,0	(85,0)	52,5	1.169,2	3.320,2	184,0
Débitos (14)	89,3	450,7	122,6	(72,8)	37,2	822,5	1.171,1	42,4
Parcelamentos Convencionais (15)	608,0	372,6	300,6	(19,3)	(50,6)	7.228,8	5.881,2	(18,6)
1.3. Restituições de Contribuições (16)	(83,9)	(20,8)	(13,1)	(36,9)	(84,4)	(230,5)	(271,3)	17,7
1.4. Transferências a Terceiros	(1.470,7)	(1.480,6)	(1.548,7)	4,6	5,3	(17.780,4)	(18.534,1)	4,2
2. Despesas com Benefícios Previdenciários	22.099,9	19.972,6	23.835,0	19,3	7,9	212.625,5	228.192,3	7,3
Pagos pelo INSS	21.830,4	19.572,2	23.495,8	20,0	7,6	206.736,7	221.538,8	7,2
Sentenças Judiciais - TRF (17)	269,5	400,4	339,3	(15,3)	25,9	5.888,8	6.653,5	13,0
3. Resultado Previdenciário (1 - 2)	1.808,9	(3.123,8)	1.756,5	(156,2)	(2,9)	(38.717,1)	(43.614,6)	12,6

Fonte: SPS/MPS e IBGE (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar).

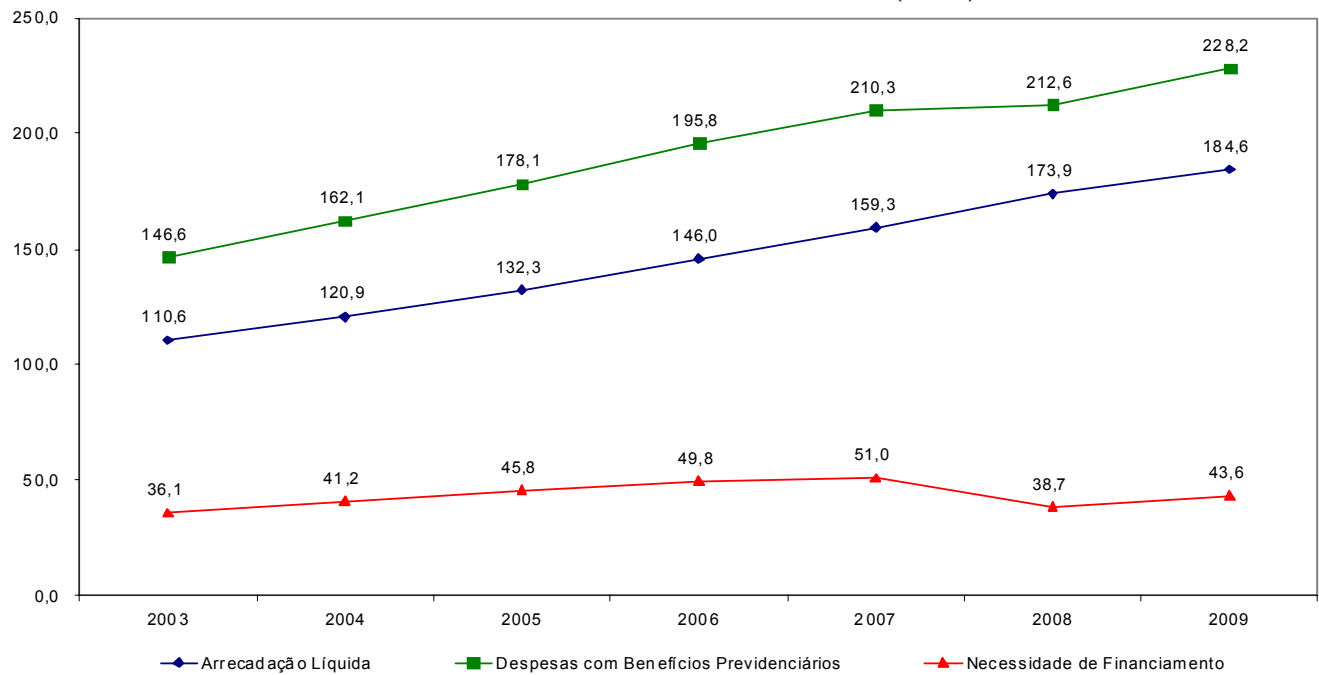
Elaboração: SPS/MPS



È importante destacar que a necessidade de financiamento em 2009 volta a crescer em relação a 2008, mas está em um patamar inferior ao registrado em 2005 (Gráfico 2).

GRÁFICO 2

Evolução da Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios Previdenciários e Necessidade de Financiamento do RGPS – Em R\$ bilhões de dezembro de 2009 (INPC)

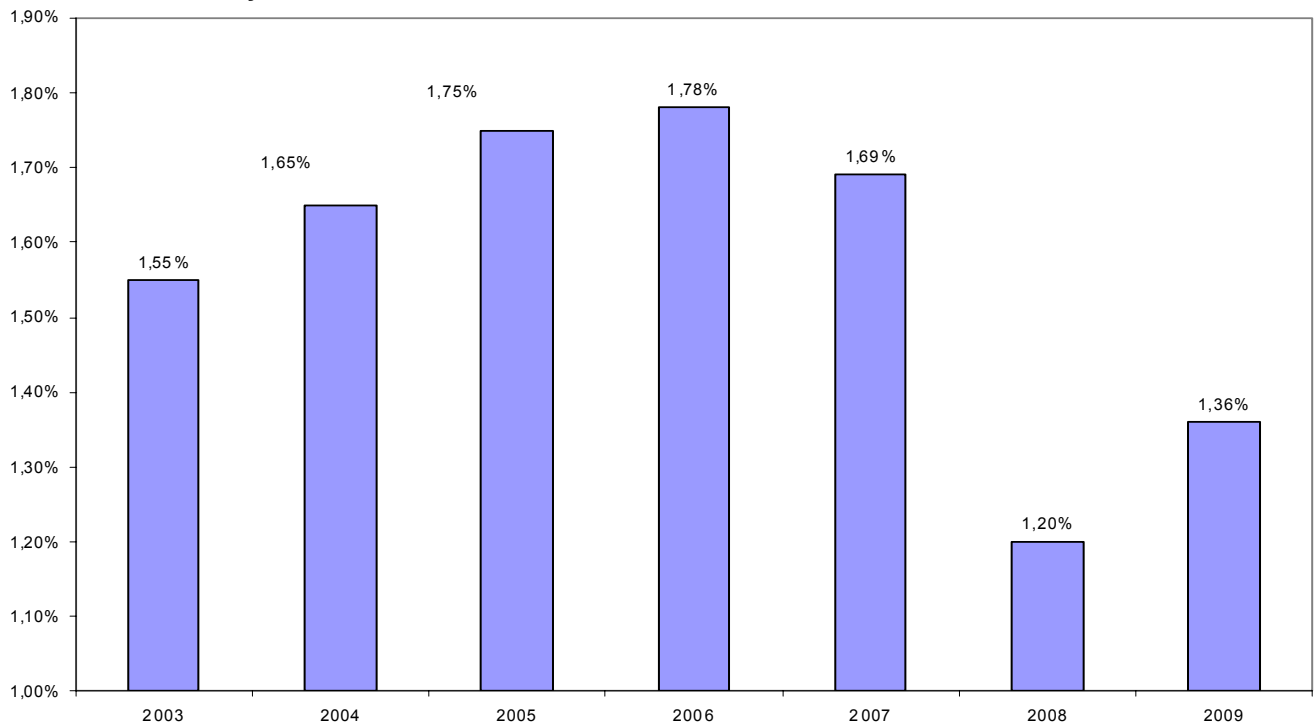


Fontes: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) – Elaboração: SPS/MPS.

A necessidade de financiamento, em % do PIB apresentou crescimento em relação a 2008 em função basicamente da crise econômica mundial que afetou a arrecadação líquida principalmente no primeiro semestre de 2009, interrompendo a seqüência de queda registrada desde 2006. Ainda assim, essa é a menor relação percentual desde 2003 (Gráfico 3).

GRÁFICO 3

Evolução da necessidade de financiamento do RGPS – 2003 a 2009 em % do PIB



Fontes: SPS/ MPS e IBGE, sendo que para 2008 foi utilizada uma projeção para o PIB.

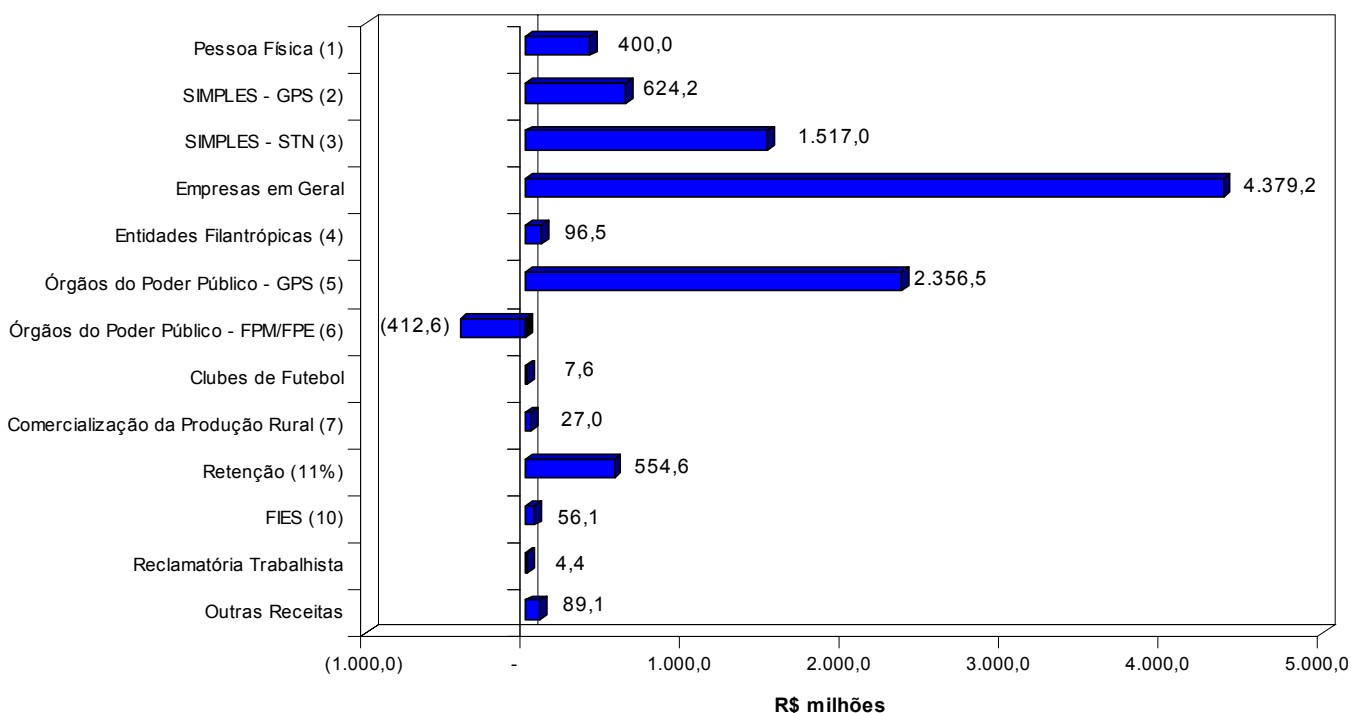
Cabe destacar que em dezembro de 2009 se repetiu o superávit ocorrido em dezembro de 2008 e dessa vez com valor de R\$ 1,76 bilhão, um pouco menor que o de dezembro de 2008 que foi de R\$ 1,81 bilhão, algo que não ocorria desde abril de 1997. Contudo, esse resultado também decorreu da antecipação de pagamento de metade do 13º salário dos benefícios previdenciários nos meses de agosto e setembro e a outra metade foi paga nos meses de novembro e dezembro, conforme a Lei 11.665, de 29/04/2008. Já arrecadação contou com o recolhimento integral do 13º salário no mês de dezembro.

RECEITAS CORRENTES E MERCADO DE TRABALHO

A arrecadação por meio das rubricas de receitas correntes passou de R\$ 182,3 bilhões, em 2008, para R\$ 192,0 bilhões, em 2009, aumento de 5,3% (+R\$ 9,7 bilhões). Com exceção da rubrica Órgão do Poder Público – Retenção FPM/FPE que reduziu 6,5% (-R\$ 412,6 milhões), todas as demais rubricas de receitas correntes apresentaram crescimento entre 2008 e 2009, destacando-se as mais significativas e estreitamente vinculadas ao comportamento do mercado de trabalho: (i) as provenientes das empresas em geral, que aumentaram 3,6% (+R\$ 4,4 bilhões), (ii) as optantes pelo SIMPLES, com incremento de 11,8% (+R\$ 2,1 bilhões), inclusive a contribuição dos empregados e (iii) a retenção de 11% por parte de contratantes de serviços prestados mediante empreitada e cessão de mão-de-obra, aumento de 4,0% (+R\$ 554,6 milhões), que representaram, juntas, 83,3% do total de receitas correntes, no ano de 2009, e cresceram 4,6% em relação ao ano anterior. Esse resultado decorre, em grande medida, da recuperação do mercado de trabalho formal e, também, da elevação do teto do RGPS.

GRÁFICO 4

Variação das Receitas Correntes (Janeiro a Dezembro) de 2009 em relação a 2008 - Em R\$ milhões de Dez/2009 (INPC) -

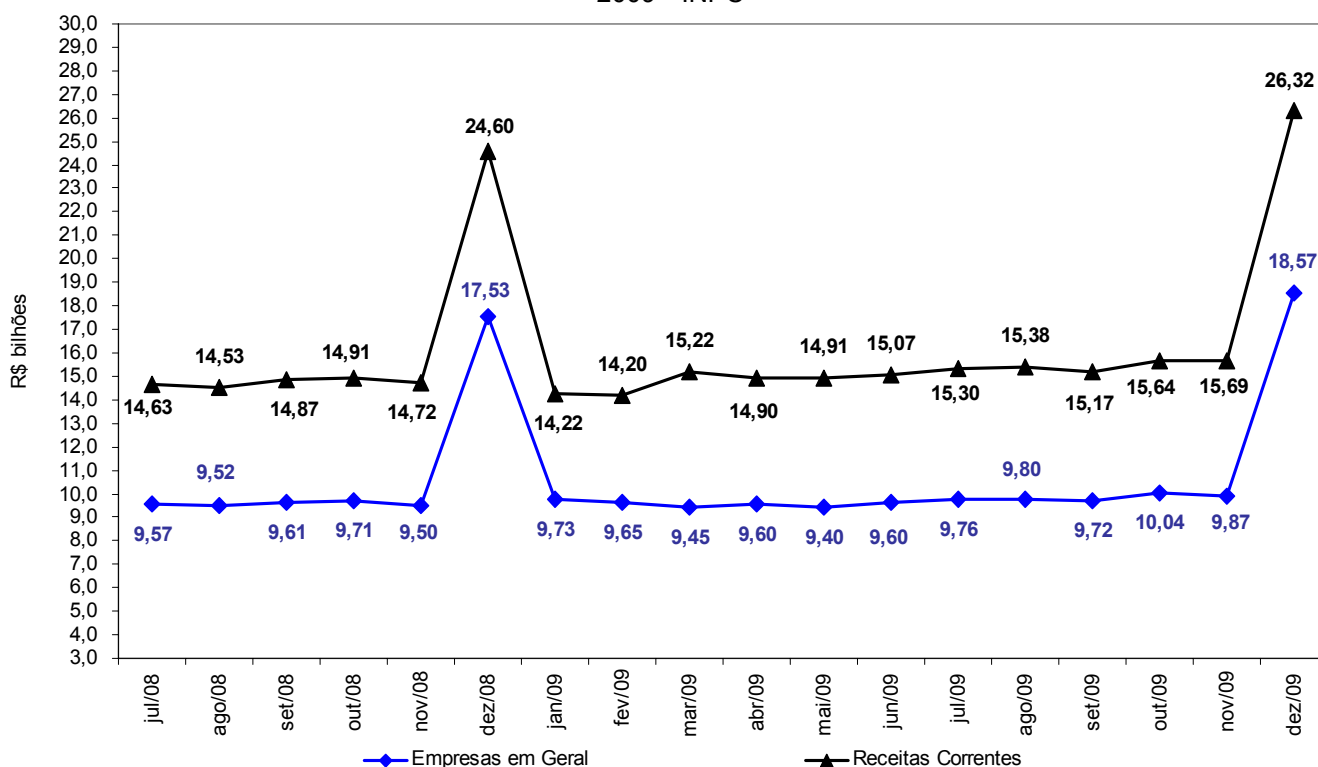


Fontes: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar).
Elaboração: SPS/MPS.

Nos últimos 18 meses, a arrecadação de Empresas em Geral vem apresentando uma tendência de aumento, conforme pode ser visto no Gráfico 5, fruto da recuperação do mercado de trabalho nesse período.

GRÁFICO 5

Arrecadação de Receitas Correntes e Empresas em Geral nos últimos 18 meses – Em R\$ bilhões de Dezembro/2009 – INPC



Fontes: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)
 Elaboração: SPS/MPS.

Conforme citado anteriormente, as receitas correntes guardam uma vinculação muito estreita com o mercado de trabalho. Esse fato pode ser percebido ao se analisar os principais indicadores do mercado de trabalho que revelam bons resultados para o ano de 2009.

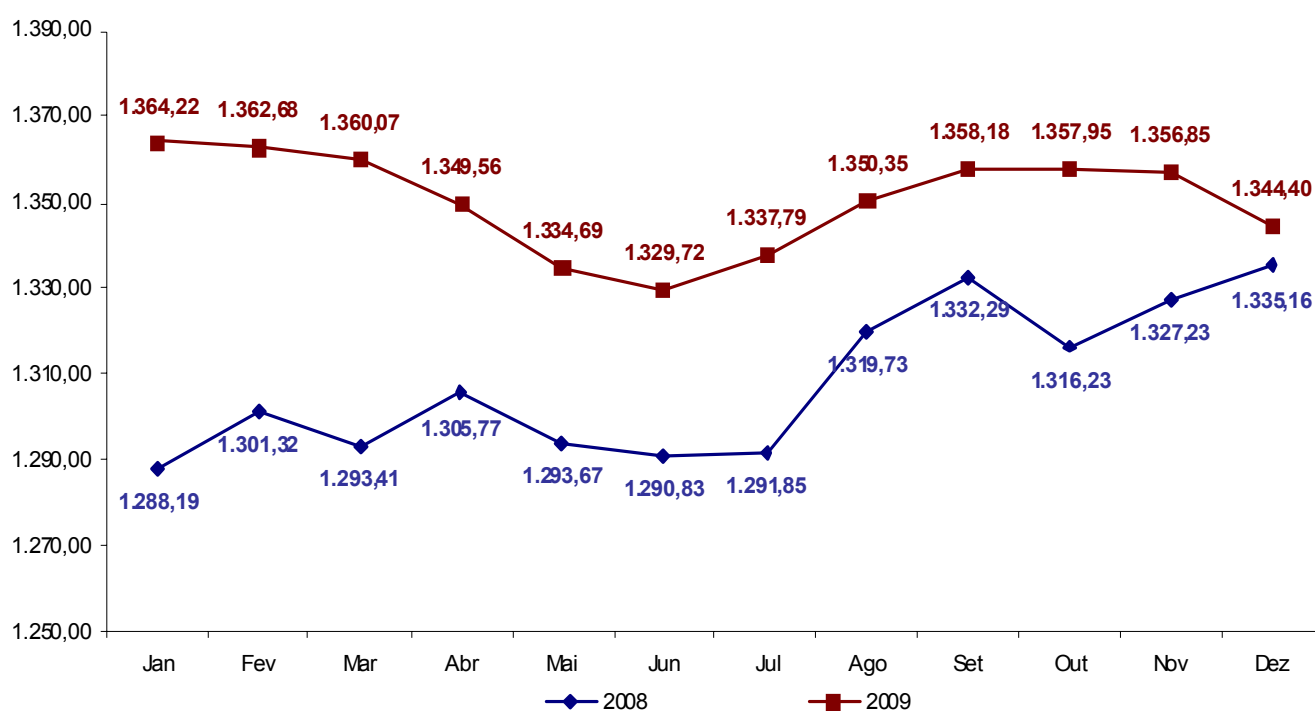
Segundo os dados do CAGED/MTE, em 2009, foram gerados, praticamente, um milhão de empregos celetistas (+995.110 postos de trabalho), o que representou um crescimento de 3,11% em relação ao estoque de assalariados formais de dezembro de 2008. Em termos setoriais, verificou-se uma expansão do emprego quase generalizada, com sete dos oito setores de atividade econômica evidenciando elevação do contingente de trabalhadores em 2009. Em números absolutos, o maior dinamismo ficou por conta do setor Serviços, com o incremento de 500.177 postos (+3,93%), seguido pelo Comércio, com a geração de 297.157 novas vagas (+4,20%), e pela Construção Civil, com a criação de 177.185 postos (+9,17%), o segundo melhor saldo da série do CAGED. Em termos relativos, o destaque coube ao setor da Construção Civil, com taxa de crescimento significativamente superior à registrada para a totalidade dos setores. A Agropecuária (-15.369 postos ou -0,99%) foi o único setor que não expandiu o emprego formal no período. A Indústria de Transformação, por ter sido o setor que mais sofreu os impactos negativos da crise, registrou um modesto saldo positivo no ano (+10.865 postos ou +0,15%), não obstante a reação expressiva de alguns dos seus ramos nos últimos meses. Ressalte-se que, pela primeira vez, desde de fevereiro de 2009, a Indústria de Transformação obteve saldo positivo no acumulado de doze meses. O emprego no conjunto das Áreas Metropolitanas cresceu 3,46% em 2009, proveniente da criação de 463.579 postos de trabalho, ante uma expansão de 2,71% para o interior desses aglomerados urbanos, que foi responsável pelo incremento de 316.490 postos de trabalho. No mês de dezembro de 2009 ocorreu uma queda do emprego de 1,24% em relação ao mês anterior, resultante do declínio de 415.192 postos de trabalho. Segundo o CAGED, essa redução do estoque de assalariados no mês de dezembro é usual, em função da presença de fatores sazonais negativos (entressafra agrícola, término do ciclo escolar, esgotamento da bolha de consumo no final do ano, fatores climáticos) e perpassa quase todos os setores de atividades econômicas e Unidades da Federação.

De acordo com a PME/IBGE, em dezembro de 2009, a população ocupada, estimada em 21,8 milhões de pessoas, no agregado das seis regiões metropolitanas, no mês de dezembro, teve um acréscimo de 212 mil postos de trabalho em relação a novembro (aumento de 1%). No confronto com dezembro do ano passado foi verificada alteração de 1,4%, ou seja, foram gerados 308 mil postos de trabalho em um ano. Analisando a ocupação no que se refere aos grupamentos de atividade econômica, em relação a novembro de 2009, no conjunto das seis regiões metropolitanas, só não foi verificada estabilidade no grupamento do comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e comércio a varejo de combustíveis que apresentou alta de 2,3%, o que significou um aumento de 94 mil pessoas neste contingente. Em relação a dezembro do ano passado, os grupamentos da Construção (5,3%) e dos Serviços Domésticos (8,4%) foram os únicos a apresentarem variação significativa. O número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada no setor privado, estimado em 9,8 milhões em dezembro de 2009, apresentou elevação significativa (1,5%) em relação novembro, ou seja, cresceu 141 mil o número de postos de trabalho com carteira assinada. O rendimento médio real habitual dos trabalhadores, apurado em dezembro de 2009 em R\$ 1.344,40, apresentou queda na comparação mensal (0,9%). E frente a dezembro do ano passado, o poder de compra do rendimento médio de trabalho dos ocupados teve alta de 0,7%.

O rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido pelos trabalhadores metropolitanos do setor privado, cuja massa salarial consiste na principal base de arrecadação do RGPS, passou de R\$ 1.335,16, em dezembro/2008, para R\$ 1.344,40, em dezembro/2009, um ligeiro crescimento de 0,7%, conforme pode ser visto no Gráfico 6.

GRÁFICO 6

Rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 10 anos ou mais de idade, empregadas com carteira de trabalho assinada do setor privado – Em R\$ de dezembro de 2009 (INPC)



Fonte: IBGE/Pesquisa Mensal de Emprego. Elaboração: SPS/MPS.

Notas: 1. Inflacionado pela média ponderada do INPC da região metropolitana.

2. Exclusive trabalhadores domésticos.



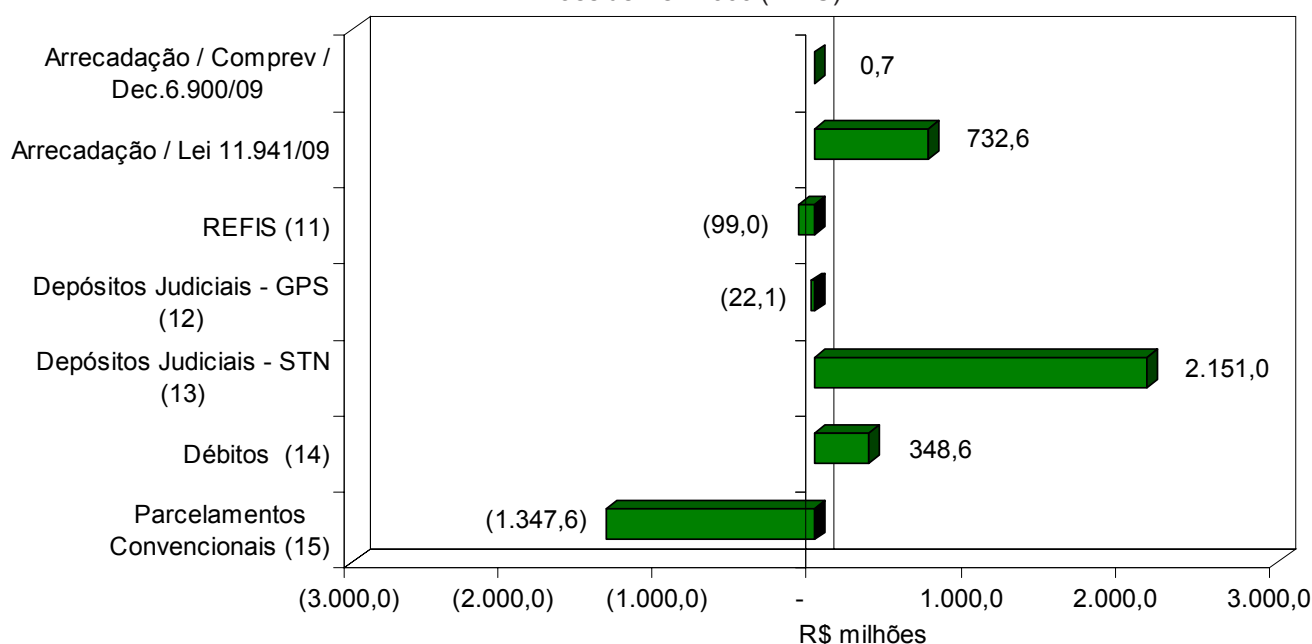
RECEITAS ORIUNDAS DE MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS

As receitas originadas de medidas de recuperação de créditos em 2009 foram 18,4% (+R\$ 1,8 bilhão) superior ao ano de 2008, provenientes, principalmente, do crescimento de 184,0% (+R\$ 2,2 bilhões) dos Depósitos Judiciais, via STN, fruto de um depósito de R\$ 1,4 bilhão ocorrido em novembro de 2009. Outro incremento positivo nessas receitas veio da rubrica Arrecadação/Lei 11.941/2009, que se trata de um novo parcelamento especial que teve início em agosto de 2009, acumulando no ano R\$ 732,6 milhões.

Quanto ao desempenho negativo, destacam-se os Parcelamentos Convencionais, com queda de 18,6% (-R\$ 1,3 milhões), resultado, em parte, da migração dos contribuintes dessa modalidade para o novo parcelamento especial (Gráfico 7).

GRÁFICO 7

Variação das Receitas de Recuperação de Créditos (Janeiro a Dezembro) de 2009 em relação a 2008 - Em R\$ milhões de Dez/2009 (INPC)



Fontes: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar).
Elaboração: SPS/MPS.

BENEFÍCIOS EMITIDOS E CONCEDIDOS

Em dezembro de 2009, a quantidade de benefícios emitidos para pagamento chegou a 27,0 milhões, aumento de 3,7% (+952,7 mil benefícios), quando comparado a dezembro de 2008. Os Benefícios Previdenciários apresentaram os maiores aumentos, em termos absolutos, +763,7 mil benefícios (+3,5%), seguido dos Benefícios Assistenciais, que tiveram incremento de +192,5 mil benefícios (+5,8%). Os Benefícios Acidentários permaneceram praticamente estáveis, com queda de -5,5 mil benefícios (-0,7%), conforme pode ser visto na Tabela 3.

Com relação aos grupos de espécies, na comparação entre dezembro de 2009 e o mesmo mês de 2008, cabe destacar a queda de 5,3% (- 9,1 mil benefícios) no auxílio-doença acidentário e de 5,8% (-66,4 mil benefício) no auxílio-doença previdenciário. Em conjunto, os dois auxílios fecharam 2009 com 1,2 milhão de emissões e tiveram uma redução de 25,6% (-426,0 milhões), na comparação com outubro de 2005, quando estavam na casa de 1,6 milhão. Esse resultado tem uma forte ligação com as medidas de gestão adotadas pela Previdência Social, em especial, a

TABELA 3

Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social (Dezembro/2008, Novembro/2009 e Dezembro/2009)

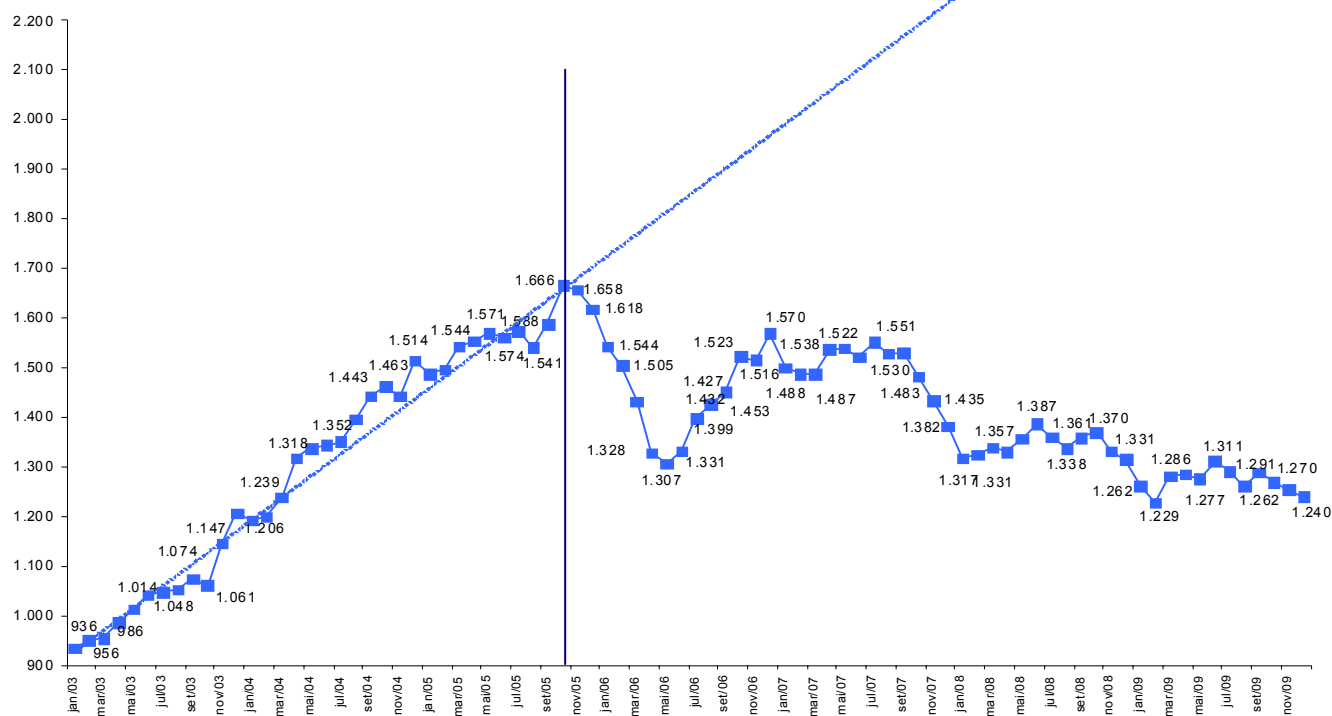
	dez/08 (A)	nov/09 (B)	dez/09 (C)	Var. % (C/B)	Var. % (C/A)	Média Jan. a dez-08	Média Jan. a dez-09	Var. %
TOTAL	26.095.625	26.961.577	27.048.356	0,3	3,7	25.647.075	26.589.289	3,7
PREVIDENCIÁRIOS	21.972.664	22.671.409	22.736.409	0,3	3,5	21.649.195	22.370.754	3,3
Aposentadorias	14.453.455	15.020.176	15.076.295	0,4	4,3	14.179.094	14.784.888	4,3
Idade	7.500.092	7.823.611	7.856.916	0,4	4,8	7.340.305	7.687.344	4,7
Invalidez	2.835.391	2.894.979	2.902.600	0,3	2,4	2.803.116	2.870.561	2,4
Tempo de Contribuição	4.117.972	4.301.586	4.316.779	0,4	4,8	4.035.673	4.226.984	4,7
Pensão por Morte	6.274.676	6.438.261	6.457.846	0,3	2,9	6.185.180	6.368.300	3,0
Auxílio-Doença	1.144.696	1.089.766	1.078.270	(1,1)	(5,8)	1.191.343	1.103.133	(7,4)
Salário-Maternidade	54.552	70.889	71.166	0,4	30,5	50.882	65.105	28,0
Outros	45.285	52.317	52.832	1,0	16,7	42.696	49.328	15,5
ACIDENTÁRIOS	803.541	800.532	798.088	(0,3)	(0,7)	785.446	802.618	2,2
Aposentadorias	153.260	159.184	159.766	0,4	4,2	151.342	156.731	3,6
Pensão por Morte	127.985	126.824	126.740	(0,1)	(1,0)	128.389	127.318	(0,8)
Auxílio-Doença	170.654	164.439	161.541	(1,8)	(5,3)	153.072	168.021	9,8
Auxílio-Acidente	272.511	275.226	275.448	0,1	1,1	271.674	273.988	0,9
Auxílio-Suplementar	79.131	74.859	74.593	(0,4)	(5,7)	80.968	76.560	(5,4)
ASSISTENCIAIS	3.311.827	3.479.997	3.504.080	0,7	5,8	3.204.975	3.407.324	6,3
Amparos Assistenciais - LOAS	2.934.472	3.140.471	3.166.845	0,8	7,9	2.810.538	3.052.295	8,6
Idoso	1.423.790	1.531.583	1.541.220	0,6	8,2	1.360.235	1.487.566	9,4
Portador de Deficiência	1.510.682	1.608.888	1.625.625	1,0	7,6	1.450.303	1.564.729	7,9
Pensões Mensais Vitalícias	15.261	14.856	14.838	(0,1)	(2,8)	15.454	15.016	(2,8)
Rendas Mensais Vitalícias	362.094	324.670	322.397	(0,7)	(11,0)	378.982	340.013	(10,3)
Idade	100.945	85.976	85.090	(1,0)	(15,7)	107.543	92.062	(14,4)
Invalidez	261.149	238.694	237.307	(0,6)	(9,1)	271.440	247.952	(8,7)
ENCARGOS DA UNIÃO (EPU)	7.593	9.639	9.779	1,5	28,8	7.460	8.594	15,2

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social – AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS – Elaboração: SPS/MPS

implantação da chamada Cobertura Previdenciária Estimada – COPES¹, em outubro de 2005, e a substituição de todos os médicos peritos credenciados por médicos concursados. Essas medidas tiveram impacto relevante sobre a emissão de auxílios-doença (acidentário e previdenciário), mostrando que os reflexos das medidas de gestão tomadas a partir de outubro de 2005 continuam surtindo efeitos no sentido de limitar a expansão das emissões desses benefícios (Gráfico 8).

GRÁFICO 8

Evolução quantidade de auxílio-doença emitido (previdenciário e acidentário) 2003 a 2009 – (Em mil benefícios)



Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social – AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS – Elaboração: SPS/MPS

¹ A chamada Cobertura Previdenciária Estimada – COPES é um procedimento administrativo adotado pelo INSS que permitiu a pré-definição de datas de alta para os segurados com incapacidade temporária para o trabalho e estabeleceu duração máxima de dois anos para o auxílio-doença, período após o qual o benefício deve ser cessado ou convertido em aposentadoria por invalidez.

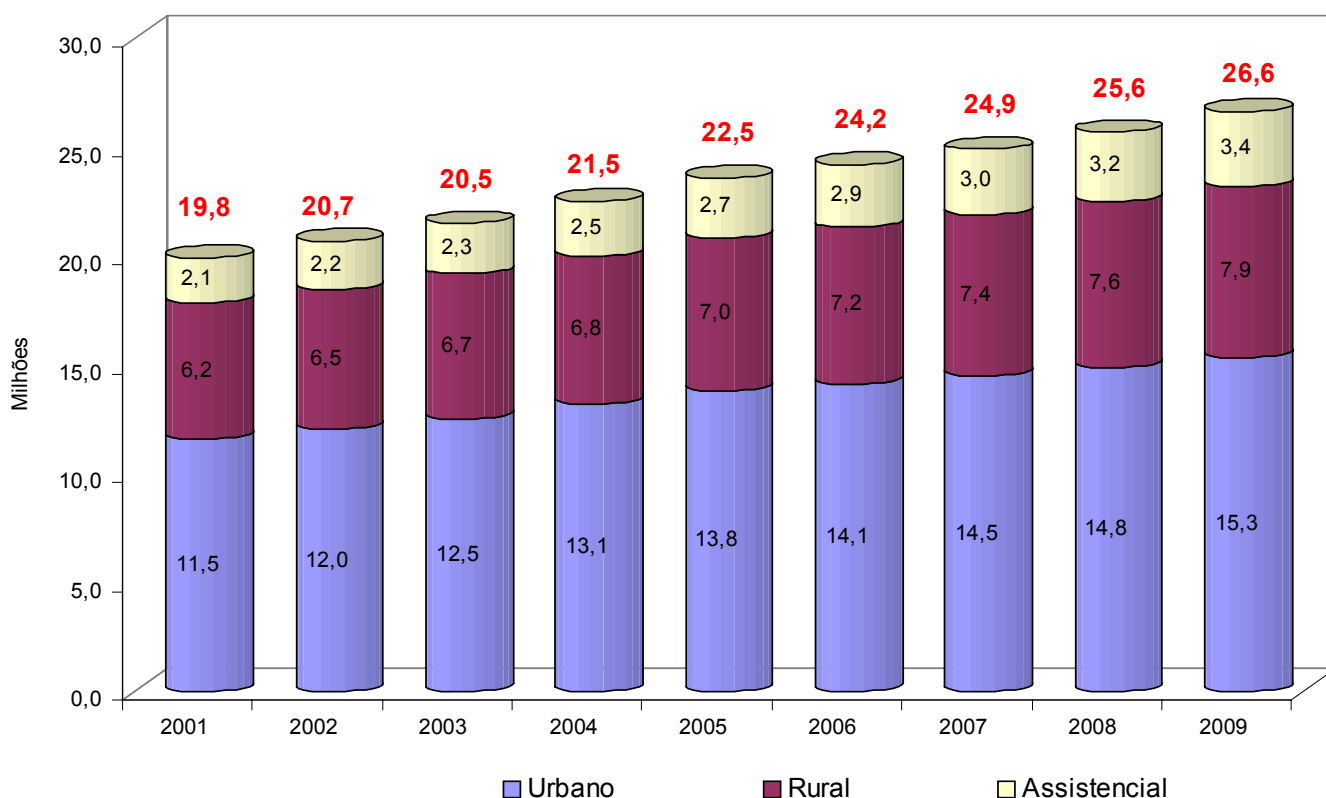


Ressaltam-se, ainda, os amparos assistenciais ao idoso e ao portador de deficiência que cresceram, respectivamente, 8,2% (117,4 mil benefícios) e 7,6% (114,9 mil benefícios) e juntos tiveram incremento de 232,4 mil benefícios, entre dezembro de 2009 e o mês correspondente de 2008.

Da quantidade média de 26,6 milhões de emissões verificadas no período de janeiro a dezembro de 2009, 57,6% (15,3 milhões) foram destinados a beneficiários da área urbana, 29,6% (7,9 milhões) a beneficiários da área rural e 12,8% (3,4 milhões) a beneficiários do Programa de Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social - BPC. De 2001 a 2009, a quantidade de benefícios emitidos apresentou incremento de 32,7% no meio urbano, de 26,0% no meio rural e de 63,2% nos assistenciais (Gráfico 9).

GRÁFICO 9

Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social, segundo a clientela (2001 a 2009) - Em milhões de benefícios - Média de Janeiro a Dezembro

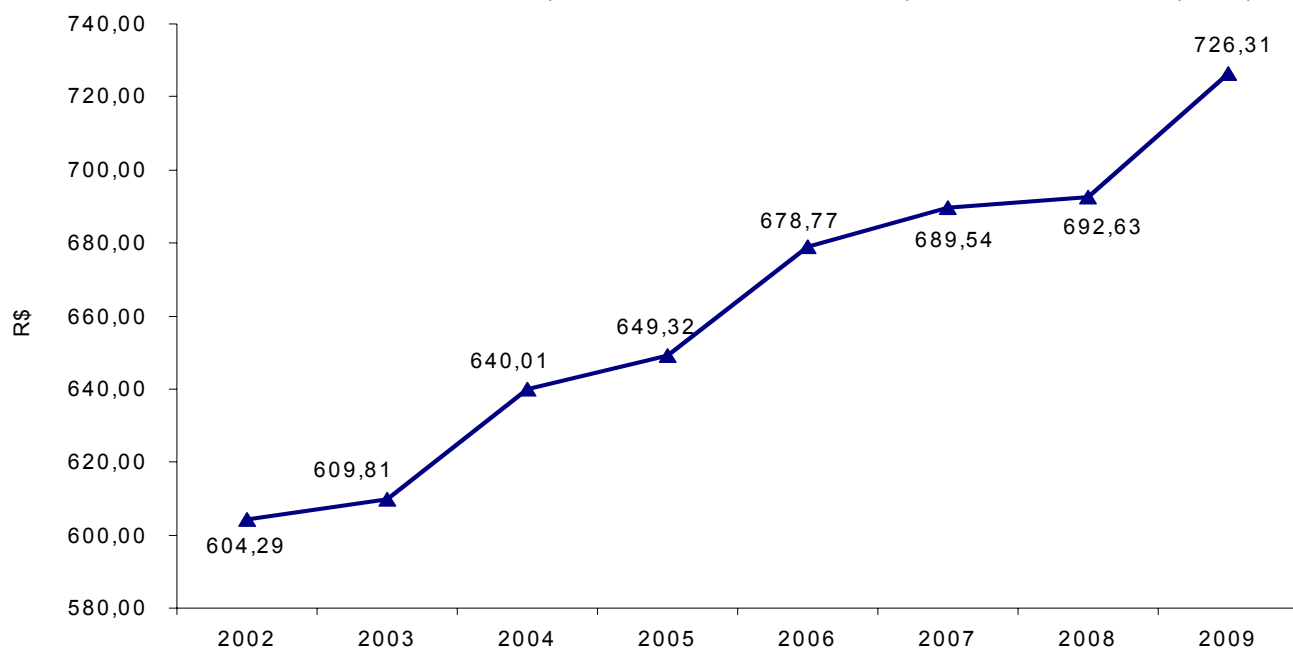


Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social – AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS
Elaboração: SPS/MPS

De acordo com o Gráfico 10, nos anos de 2002 a 2009, verificam-se crescimentos contínuos do valor médio real dos benefícios emitidos. O valor médio dos benefícios emitidos passou de R\$ 604,29, em 2002, para R\$ 726,31, em 2009, o que resultou no aumento de 20,2%.

GRÁFICO 10

Valor Médio do Total dos Benefícios Emitidos (Média de Janeiro a Dezembro) - em R\$ de Dez/2009 (INPC)



Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social – AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS – Elaboração: SPS/MPS

A Previdência Social concedeu, em 2009, 4,5 milhões de novos benefícios, ocorrendo ligeira elevação de 0,3% (+12,2 mil benefícios) frente ao ano de 2008. Apenas os Benefícios Previdenciários apresentaram crescimento de 1,3% (+48,8 mil benefícios), os Benefícios Acidentários e Assistenciais apresentaram queda de 6,3% (-23,6 mil benefícios) e 4,0% (-15,3 mil benefícios), conforme pode ser visto na Tabela 4.

TABELA 4

Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos pela Previdência Social (Dezembro/2008, Novembro/2009 e Dezembro/2009)

	dez/08 (A)	nov/09 (B)	dez/09 (C)	Var. % (C/B)	Var. % (C/A)	Acum. Jan. a dez-08	Acum. Jan. a dez-09	Var. %
TOTAL	343.762	377.265	309.633	(17,9)	(9,9)	4.461.749	4.473.905	0,3
PREVIDENCIÁRIOS	283.005	311.553	264.969	(15,0)	(6,4)	3.706.041	3.754.851	1,3
Aposentadorias	82.999	85.851	75.491	(12,1)	(9,0)	1.016.248	1.071.040	5,4
Idade	46.749	48.113	45.797	(4,8)	(2,0)	551.876	602.721	9,2
Invalidez	14.394	15.903	9.802	(38,4)	(31,9)	195.451	179.021	(8,4)
Tempo de Contribuição	21.856	21.835	19.892	(8,9)	(9,0)	268.921	289.298	7,6
Pensão por Morte	29.459	31.060	30.130	(3,0)	2,3	367.695	380.039	3,4
Auxílio-Doença	127.128	146.635	113.104	(22,9)	(11,0)	1.806.727	1.713.115	(5,2)
Salário-Maternidade	42.054	46.221	44.676	(3,3)	6,2	497.031	569.891	14,7
Outros	1.365	1.786	1.568	(12,2)	14,9	18.340	20.766	13,2
ACIDENTÁRIOS	30.914	28.819	17.364	(39,7)	(43,8)	377.001	353.369	(6,3)
Aposentadorias	646	839	454	(45,9)	(29,7)	7.839	8.940	14,0
Pensão por Morte	84	85	63	(25,9)	(25,0)	1.127	850	(24,6)
Auxílio-Doença	29.145	26.864	16.042	(40,3)	(45,0)	356.336	329.914	(7,4)
Auxílio-Acidente	1.015	1.014	794	(21,7)	(21,8)	11.538	13.472	16,8
Auxílio-Suplementar	24	17	11	(35,3)	(54,2)	161	193	19,9
ASSISTENCIAIS	29.688	36.660	27.014	(26,3)	(9,0)	377.826	362.574	(4,0)
Amparos Assistenciais - LOAS	29.653	36.607	26.976	(26,3)	(9,0)	377.314	362.085	(4,0)
Idoso	15.535	14.837	11.345	(23,5)	(27,0)	198.414	195.161	(1,6)
Portador de Deficiência	14.118	21.770	15.631	(28,2)	10,7	178.900	166.924	(6,7)
Pensões Mensais Vitalícias	34	53	35	(34,0)	2,9	502	484	(3,6)
Rendas Mensais Vitalícias	1	-	3	-	200,0	10	5	(50,0)
Idade	-	-	-	-	-	1	-	(100,0)
Invalidez	1	-	3	-	200,0	9	5	(44,4)
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO (EPU)	155	233	286	22,7	84,5	881	3.111	253,1

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social – AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS
Elaboração: SPS/MPS



Cabe destacar o crescimento das aposentadorias por invalidez acidentárias, que apresentaram crescimento, entre o acumulado de 2009 e o correspondente de 2008, de 14,0% (+1,1 mil benefícios) em decorrência, possivelmente, de medidas de gestão adotadas pela Previdência Social, em especial, a chamada Cobertura Previdenciária Estimada – COPES.

Notas Explicativas - Tabela 1:

- (1) Contribuinte Individual, Empregado Doméstico, Segurado Especial e Facultativo.*
- (2) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - relativo à contribuição do segurado empregado de empresas optantes pelo SIMPLES.*
- (3) Repasse, pela Secretaria do Tesouro Nacional, dos valores recolhidos relativos à cota patronal de empresas optantes pelo SIMPLES.*
- (4) Recolhimento relativo à contribuição do segurado empregado de Entidades Filantrópicas das áreas de saúde, educação e assistência social, que têm isenção da cota patronal.*
- (5) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - em relação aos servidores da administração direta, autarquias e fundações, da União, Estados e Municípios, vinculados ao RGPS.*
- (6) Valores retidos do Fundo de Participação dos Estados - FPE - ou do Fundo de Participação dos Municípios - FPM - para pagamento das contribuições correntes de Estados e Municípios.*
- (7) Valores recolhidos por Produtores Rurais Pessoa Física e Jurídica, quando da comercialização de sua produção.*
- (8) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde - FNS.*
- (9) Valor do resgate de Certificados da Dívida Pública - CDP - junto ao Tesouro Nacional.*
- (10) Contribuições das universidades com utilização de recursos do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES, repassadas à Previdência Social por meio do Tesouro Nacional.*
- (11) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS.*
- (12) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS de parcelas de créditos previdenciários das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência*
- (13) Valor repassado pela Secretaria do Tesouro Nacional referente à parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).*
- (14) Débitos quitados através de Guia da Previdência Social - GPS - ou recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.*



Tabela 1
Fluxo de Caixa - 2009 (R\$ mil correntes)

Itens de Receita e Despesa	Em R\$ mil - Valores Correntes												Acum. 2009
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	
1. SALDO INICIAL	3.306.364	5.275.833	7.923.248	9.013.283	9.274.966	9.325.299	9.672.300	10.522.945	17.790.682	13.754.583	13.101.250	11.895.545	3.306.364
2. RECEBIMENTOS	24.844.748	21.995.257	22.189.650	21.217.368	21.100.438	21.693.449	22.244.816	30.525.079	23.363.765	22.041.207	22.841.207	20.707.658	275.523.679
2.1. ARRECADAO	14.450.809	14.597.319	15.611.224	15.945.923	15.802.702	15.538.923	15.766.941	15.848.035	15.615.272	16.365.081	16.365.081	15.900.401	200.677.920
- Arrecadação Bancária	13.758.966	13.767.710	13.893.760	14.093.980	14.252.057	14.386.616	14.593.439	14.607.891	14.354.778	14.773.322	15.190.401	15.434.360	183.107.112
- SIMPLES (1)	541.552	541.552	541.552	541.552	541.552	541.552	541.552	541.552	541.552	541.552	541.552	541.552	5.415.520
- Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (2)	26.158	20.730	23.721	24.411	22.091	16.914	946	21.411	1.118.278	1.118.189	1.277.116	1.277.116	12.770.436
- Fundo Nacional de Saúde - FNS (3)	0	21	71	117	161	161	32	47	21.247	20.504	13.577	10.472	222.213
- Certificados da Dívida Pública - CDP (4)	45.182	2.783	109.088	58.426	73.437	64.842	67.207	60.613	50.452	78.638	402.239	183.411	730.575
- Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (5)	89.586	60.453	114.880	391.646	470.825	53.331	84.933	65.996	24.745	301.894	1.415.321	213.014	3.286.584
- Depósitos Judiciais (6)	(10.636)	(12.937)	(21.526)	(22.306)	(23.466)	(17.939)	(60.801)	(34.176)	(12.111)	(15.434)	(20.756)	(13.136)	(285.225)
- Restituições de Arrecadação	(18.823)	(31.670)	(39.561)	(22.040)	(24.830)	(12.979)	26.501	49.316	(22.341)	(60.301)	(90.396)	(134.448)	(382.573)
2.2. RENDIMENTOS FINANCEIROS	70.798	17.309	4.950	20.137	12.245	12.591	4.597	27.512	23.276	13.743	9.133	132.204	348.486
2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PRÓPRIOS	3.105.648	786.563	2.527.789	(1.692.680)	(254.852)	(6.079.170)	(789.159)	11.449.331	1.411.453	1.812.794	(1.592.351)	(12.330.653)	3.054.871
2.4. ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional) (8)	7.236.316	6.635.736	4.085.247	7.396.228	5.584.973	11.110.563	7.236.938	3.150.887	2.636.104	2.794.726	6.199.042	5.868.611	69.885.371
2.5. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	3.094.285	205.831	240.283	296.223	273.485	332.877	394.570	255.520	393.800	326.231	3.426.736	1.740.941	10.980.780
- Recursos Ordinários (incl. Recursos Ordin / COFINS - TRF)	11.961	677	(65)	94	134	16	59	(21)	448	30.814	35.796	28.410	108.323
- Operações de Crédito Externa	1.816.178	4.466.289	1.773.170	5.116.228	3.030.456	8.774.634	5.288.295	297.307	618.755	411.447	446.472	1.179.269	33.218.500
- COFINS	1.974.268	1.566.954	1.569.497	1.667.000	1.882.149	1.572.000	1.155.211	2.159.894	1.197.868	1.635.500	1.882.710	1.357.018	19.220.070
- COFINS Imp. e Contrib. - EPU	83.626	102.991	171.280	58.706	74.748	64.000	64.218	126.195	95.000	95.000	203.388	22.100	1.161.251
- Devolução do Plano Seguridade Social (PSS) / PASEP / Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
- Recursos Ordinários - Contrapartida	255.997	292.995	329.082	327.922	304.002	387.036	311.987	330.332	295.734	503.940	503.940	1.540.874	5.194.387
- Contrib. Social sobre Lucro (incl. Contrib Social / Lucro - Contrapartida)	22.875.279	19.347.842	21.099.605	20.955.894	21.050.105	21.222.368	21.394.253	23.287.362	27.399.544	21.813.963	24.176.668	28.609.127	273.202.311
- Contrib. Provisória s/ Mov. Financeira - CPMF	20.504.375	17.957.933	19.726.015	19.528.870	19.676.382	19.777.637	19.944.485	21.838.546	25.906.147	20.345.865	22.699.576	27.060.452	254.966.283
3.1. PAGAMENTOS INSS	19.825.331	17.291.024	19.019.982	18.835.846	18.792.911	19.111.467	19.042.338	21.264.212	24.982.333	19.353.208	21.783.202	25.581.253	244.883.106
3.1.1. BENEFÍCIOS	19.927.926	17.469.936	19.807.073	18.974.367	18.919.244	19.179.415	19.167.959	21.341.395	25.144.869	19.573.033	21.858.175	25.680.174	247.043.466
- Total de Benefícios	(102.595)	(178.912)	(787.091)	(138.521)	(126.333)	(67.945)	(77.183)	(162.538)	(219.825)	(219.825)	(74.974)	(118.920)	(2.180.359)
- Devolução de Benefícios	18.369.540	15.755.476	17.340.268	17.589.100	17.140.528	17.445.296	17.380.948	19.501.714	23.263.909	17.639.125	19.924.726	23.835.006	224.876.366
3.1.1.1. PREVIDENCIÁRIOS	18.315.195	15.697.179	17.133.978	16.868.955	16.850.784	17.095.811	16.977.934	19.288.253	22.888.213	17.914.656	19.625.285	23.485.751	218.369.892
3.1.1.1.1. Pagos pelo INSS	3.054.345	169.227	206.890	292.146	289.744	349.466	402.914	303.461	375.086	324.469	399.442	339.255	6.506.474
3.1.1.1.2. Saneamentos Judiciais - TRF (9)	1.495.791	1.654.618	1.679.714	1.646.745	1.652.384	1.666.170	1.661.491	1.672.498	1.718.524	1.714.083	1.858.475	1.726.248	19.986.741
3.1.1.2. NÃO-PROVIDENCIÁRIOS	69.327	1.619.712	64.191	65.525	65.699	67.874	68.257	70.760	107.602	85.539	224.526	84.673	1.040.746
3.1.1.2.1. LOAS	1.386.464	1.467.848	1.615.523	1.581.219	1.586.684	1.589.294	1.593.233	1.601.738	1.601.922	1.628.544	1.633.949	1.641.574	19.946.995
3.1.2. PESSOAL (10)	603.605	348.928	540.048	544.760	547.346	555.378	798.816	453.497	752.548	629.932	629.932	986.628	7.366.021
3.1.3. CUSTEIO (11)	75.400	317.981	165.985	148.263	336.125	110.792	103.331	120.816	171.266	398.112	286.442	502.571	2.327.155
3.2. TRANSF. A TERCEIROS (12)	2.700.904	1.389.909	1.373.951	1.427.025	1.373.724	1.444.731	1.449.768	1.418.816	1.493.696	1.477.092	1.488.097	1.548.675	18.236.028
4. ARRECADAO LIQUIDA (1 - 3.2)	12.031.814	13.169.187	14.209.621	14.089.744	14.400.792	14.069.858	14.287.353	14.400.172	14.091.007	14.864.895	16.008.455	16.008.455	182.008.444
5. SALDO PREVIDENCIÁRIO (1 - 3.1.1)	(6.337.726)	(2.587.219)	(3.130.648)	(3.099.377)	(2.739.735)	(3.381.438)	(3.093.494)	(5.191.541)	(9.172.002)	(2.774.230)	(3.116.271)	1.756.538	(42.887.922)
6. SALDO ARREC. LIQ. - BENEF. (4 - 3.1.1)	(7.983.517)	(4.121.837)	(4.810.360)	(4.746.102)	(4.392.119)	(5.047.608)	(4.664.040)	(6.864.040)	(10.891.326)	(4.874.746)	(4.874.746)	30.291	(62.854.662)
7. SALDO OPERACIONAL (2 - 3)	1.969.459	2.647.415	1.090.045	261.673	347.081	850.655	7.267.717	(4.036.078)	(688.921)	(1.335.462)	(7.901.469)	321.368	321.368
8. SALDO FINAL (1 + 2 - 3) (13)	5.275.833	7.923.248	9.013.283	9.274.966	9.325.299	9.672.300	10.522.945	17.790.682	13.754.583	11.765.768	11.765.768	3.984.078	3.627.732

Fonte: CGF/INSS.

Elaboração: SPS/MPS

- (1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida para a União.
- (2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).
- (3) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde.
- (4) Valor do resgate de CDP junto ao Tesouro Nacional.
- (5) Contribuições das Universidades com utilização de recursos do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES, repassadas à Previdência através da Secretaria do Tesouro Nacional.
- (6) Débitos recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.
- (7) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).
- (8) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.
- (9) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.534, de 25.07.2002, no seu art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.
- (10) Reúne pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS.
- (11) Retine as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros; Remuneração Bancária; ECT; Material; Administração e Patrimônio; GEAP (Patronal); DATAPREV; PASEP e Diversos.
- (12) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: FNDE (salário educação); INCR4; DPC/FDEP - Marítimo; SDR/MARA; SENAI; SESI; SENAC; SESC; SEBRAE; SENAR; SEST; SENAT; SESCOOP.
- (13) O Saldo Final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.



Tabela 2 Fluxo de Caixa - Dez/2009 (R\$ mil de Dez/2009 - INPC)

Itens de Receita e Despesa	Valores em mil R\$ de Dez/2009 - INPC										
	dez/08	nov/09	dez/09	Var. III/III	Em %	Var. II/II	Em %	Var. III/II	Em %	Acum. - Jan. a dez-09 - IV	Acum. - Jan. a dez-09 - V
1. SALDO INICIAL	8.378.482	13.132.709	11.885.545	(9,5)	41,9	(7,6)	41,9	(7,6)	41,9	86.507.752	122.336.808
2. RECEBIMENTOS	22.372.651	22.865.710	20.675.933	(9,6)	(7,6)	(7,6)	(7,6)	(7,6)	(7,6)	259.691.045	277.432.832
2.1. ARRECADACÃO	25.379.531	18.329.455	27.140.219	48,1	6,9	181,688,811	6,9	181,688,811	6,9	1.816.888,811	203.111.769
- Arrecadação Bancária	24.091.338	15.226.877	25.434.360	67,0	5,6	178,631,063	5,6	178,631,063	5,6	185,750,526	185,750,526
- SIMPLES (1)	1.008.408	1.244.818	1.277.116	2,6	26,6	11,436,633	26,6	11,436,633	26,6	12,953,664	12,953,664
- Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (2)	22.042	13.610	10.472	(23,1)	(62,5)	-	(62,5)	-	(62,5)	325,180	226,215
- Fundo Nacional de Saúde - FNS (3)	-	8	155	1.867,7	-	-	-	-	-	-	737
- Certificados da Dívida Pública - CDP (4)	-	403.205	183.411	(54,5)	-	-	-	-	-	-	732,612
- Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (5)	232.033	73.368	66.550	(9,3)	(71,3)	7.198,75	(71,3)	7.198,75	(71,3)	7.198,75	7.198,75
- Quitação de Dívidas (6)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Depósitos Judiciais (7)	139.684	1.418.720	213.014	(85,0)	52,5	1.169,218	52,5	1.169,218	52,5	3.320,199	3.320,199
- Restituições de Arrecadação	(83.890)	(20.806)	(13.136)	(36,9)	(84,3)	(228,577)	(84,3)	(228,577)	(84,3)	(269,063)	(269,063)
2.2. RENDIMENTOS FINANCEIROS	78.991	(90.613)	(134.448)	48,4	(270,2)	156,584	(270,2)	156,584	(270,2)	(386,497)	(386,497)
2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PRÓPRIOS	3.662.368	9.155	132.204	1.344,1	(96,4)	3.988,179	(96,4)	3.988,179	(96,4)	353,108	353,108
2.4. ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional) (8)	(9.237.657)	(1.596.214)	(12.330.653)	672,5	33,5	(2.284,826)	33,5	(2.284,826)	33,5	3.307,069	3.307,069
2.5. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	2.489.418	6.213.928	5.868.811	(5,6)	135,7	66.142,296	135,7	66.142,296	135,7	71.047,184	71.047,184
- Recursos Ordinários (incl. Recursos Ordin. / COFINS - TRF)	985.403	3.434.964	1.740.941	(49,3)	76,7	7.311,204	76,7	7.311,204	76,7	11.137,763	11.137,763
- Con cursos e Prognósticos	13.294	35.882	28.410	(20,8)	113,7	93,489	113,7	93,489	113,7	109,039	109,039
- Operações de Crédito Externa	-	-	-	-	-	(139)	-	(139)	-	-	2.063
- COFINS	920.477	447.544	1.179.269	163,5	28,1	30.322,155	28,1	30.322,155	28,1	33.833,195	33.833,195
- COFINS/LOAS	447.546	1.586.510	1.357.018	(14,5)	203,2	16.519,738	203,2	16.519,738	203,2	19.532,648	19.532,648
- COFINS/Desv. Imp. e Contrib. - EPU	31.234	203.876	22.100	(89,2)	(29,2)	1.094,612	(29,2)	1.094,612	(29,2)	1.179,783	1.179,783
- Devolução do Plano Seguridade Social (PSS) / PASEP / Outros	-	-	-	(0)	-	80,446	-	80,446	-	-	0
- Contrib. Social sobre Lucro (incl. Contrib. Sociais / Lucro - Contrapartida)	91.464	505.150	1.540.874	205,0	1.584,7	10.720,791	1.584,7	10.720,791	1.584,7	5.252,636	5.252,636
- Contrib. Provisória s/ Mov. Financeira - CPMF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	57
3. PAGAMENTOS	27.338.846	24.234.722	28.609.127	18,1	4,6	258.484,555	4,6	258.484,555	4,6	277,255,975	277,255,975
3.1. PAGAMENTOS INSS	25.866.184	22.754.083	27.050.452	18,9	4,6	240.704,109	4,6	240.704,109	4,6	258,721,908	258,721,908
3.1.1. BENEFÍCIOS	23.623.206	21.835.508	25.561.253	17,1	8,2	230.809,134	8,2	230.809,134	8,2	248,481,205	248,481,205
- Total de Benefícios	23.746.461	21.910.662	25.680.174	17,2	8,1	232.312,478	8,1	232.312,478	8,1	250.706,195	250.706,195
- Devolução de Benefícios	(123.255)	(75.154)	(118.920)	58,2	(3,5)	(1.503,343)	(3,5)	(1.503,343)	(3,5)	(2.223,990)	(2.223,990)
3.1.1.1. PREVIDENCIÁRIOS	22.099.931	19.972.570	23.835.006	19,3	7,9	212,625,508	7,9	212,625,508	7,9	228,192,282	228,192,282
3.1.1.1.1. Pagos pelo INSS	21.850.416	19.572.169	23.495.971	20,0	7,6	206,736,691	7,6	206,736,691	7,6	221,536,780	221,536,780
- 3.1.1.1.1.1. Sentenças Judiciais - TRF (9)	269.515	400.401	339.255	(15,3)	25,9	5.888,818	25,9	5.888,818	25,9	6.653,502	6.653,502
- 3.1.1.1.1.2. NÃO-PREVIDENCIÁRIOS	1.523.275	1.862.938	1.726.248	(7,3)	13,3	18.183,626	13,3	18.183,626	13,3	20.288,923	20.288,923
3.1.1.2. EPU N.	73.919	225.065	84.673	(62,4)	14,5	1.086,012	14,5	1.086,012	14,5	1.054,152	1.054,152
3.1.1.2.1. EPU N.	1.449.356	1.637.873	1.641.574	0,2	13,3	17.097,614	13,3	17.097,614	13,3	19.234,770	19.234,770
3.1.1.2.2. LOAS	1.241.783	631.445	996.628	57,8	(19,7)	7.360,034	(19,7)	7.360,034	(19,7)	7.468,326	7.468,326
3.1.2. PESSOAL (10)	1.003.195	287.130	502.571	75,0	(49,9)	2.534,940	(49,9)	2.534,940	(49,9)	2.772,377	2.772,377
3.1.3. CUSTEIO (11)	1.470.663	1.480.639	1.548.675	4,6	5,3	17.780,446	5,3	17.780,446	5,3	18.534,068	18.534,068
3.2. TRANSF. A TERCEIROS (12)	23.908.869	16.848.816	25.591.544	51,9	7,0	173.908,365	7,0	173.908,365	7,0	184,577,701	184,577,701
4. ARRECADACÃO LÍQUIDA (2.1 - 3.2)	1.808.938	(3.123.754)	1.756.538	(156,2)	(2,9)	(88,717,143)	(2,9)	(88,717,143)	(2,9)	(43,614,581)	(43,614,581)
5. SALDO PREVIDENCIÁRIO (4 - 3.1.1)	285.663	(4.986.692)	30.991	(100,6)	(89,4)	(66.900,769)	(89,4)	(66.900,769)	(89,4)	(63.903,503)	(63.903,503)
6. SALDO ARREC. LÍQ. - BENE F. (4 - 3.1.1)	(4.986.195)	(1.369.012)	(7.933.194)	479,5	59,7	1.206,490	59,7	1.206,490	59,7	176,657	176,657
7. SALDO OPERACIONAL (2 - 3)	3.412.287	11.763.697	3.952.351	(66,4)	15,8	3.412,287	15,8	3.412,287	15,8	3.952,351	3.952,351

Fonte: CCF/INSS.

Elaboração: SPS/AMPS.

(1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.
 (2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (anual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).

(3) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES, repassadas à Previdência através da Secretaria do Tesouro Nacional.

(4) Valor do resgate de CDP junto ao Tesouro Nacional.

(5) Contribuições das Universidades com utilização de recursos do Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.

(6) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(7) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.

(8) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.

(9) Reine pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS.

(10) Reine as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Paraná), DAI/PR/ET, PASEP e Diversos.

(11) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: FNDE (salário educação), INCR4, DPC/DFPEP - Maritimo, SDR/MAR/AR, SENAI, SENI, SEMAC, SESC, SEBRAE, SENAR, SESP, SENAT, SESCOOP.

(12) O Saldo Final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.

Tabela 3
Relação entre a Arrecadação Líquida e a Despesa com Benefícios
(R\$ milhões de Dez/2009 - INPC)

Valores em milhões R\$ de Dez/2009 - INPC

Período	Arrecadação Bruta (1)	Transferências a Terceiros	Arrecadação Líquida	Benefícios Previdenciários			Relação %	Saldo
	(A)	(B)	C = (A - B)	(2)	(3)	(4) (5) (D)	E=(D/C)	F= (C - D)
Valores referentes ao acumulado até o mês de Dezembro, a preços de Dez/2009 INPC								
1999	105.711	6.665	99.045	117.971			119,1	(18.926)
2000	113.219	7.403	105.815	124.863			118,0	(19.047)
2001	118.330	7.996	110.334	132.818			120,4	(22.484)
2002	121.630	8.120	113.510	140.508			123,8	(26.998)
2003	118.634	8.055	110.578	146.649			132,6	(36.071)
2004	130.429	9.511	120.918	162.093			134,1	(41.175)
2005	141.483	9.192	132.290	178.110			134,6	(45.820)
2006	157.238	11.238	145.999	195.807			134,1	(49.807)
2007	174.522	15.205	159.318	210.318			132,0	(51.001)
2008	191.689	17.780	173.908	212.626			122,3	(38.717)
2009	203.112	18.534	184.578	228.192			123,6	(43.615)
dez/07	23.318	1.336	21.982	26.290			119,6	(4.308)
jan/08	14.657	2.318	12.339	17.942			145,4	(5.603)
fev/08	14.400	1.330	13.070	15.291			117,0	(2.221)
mar/08	14.569	1.341	13.228	16.102			121,7	(2.874)
abr/08	15.073	1.379	13.694	16.713			122,0	(3.019)
mai/08	14.926	1.353	13.573	16.527			121,8	(2.954)
jun/08	15.140	1.378	13.762	16.806			122,1	(3.045)
jul/08	15.428	1.442	13.986	16.288			116,5	(2.302)
ago/08	15.320	1.402	13.918	18.201			130,8	(4.283)
set/08	15.621	1.475	14.147	21.959			155,2	(7.812)
out/08	15.577	1.453	14.124	16.125			114,2	(2.001)
nov/08	15.598	1.440	14.158	18.569			131,2	(4.411)
dez/08	25.380	1.471	23.909	22.100			92,4	1.809
jan/09	14.900	2.453	12.447	19.004			152,7	(6.556)
fev/09	15.015	1.433	13.582	16.250			119,6	(2.668)
mar/09	16.039	1.414	14.625	17.848			122,0	(3.222)
abr/09	15.883	1.461	14.423	17.595			122,0	(3.173)
mai/09	16.051	1.398	14.653	17.441			119,0	(2.788)
jun/09	15.714	1.464	14.251	17.677			124,0	(3.426)
jul/09	15.909	1.466	14.444	17.571			121,7	(3.127)
ago/09	15.979	1.433	14.546	19.790			136,1	(5.244)
set/09	15.718	1.506	14.211	23.462			165,1	(9.251)
out/09	16.433	1.477	14.956	17.747			118,7	(2.791)
nov/09	18.329	1.481	16.849	19.973			118,5	(3.124)
dez/09	27.140	1.549	25.592	23.835			93,1	1.757

Fonte: CGF/INSS.

Elaboração: SPS/MPS.

(1) Inclui Arrecadação do SIMPLES. A partir de 1999, inclui as restituições de arrecadação.

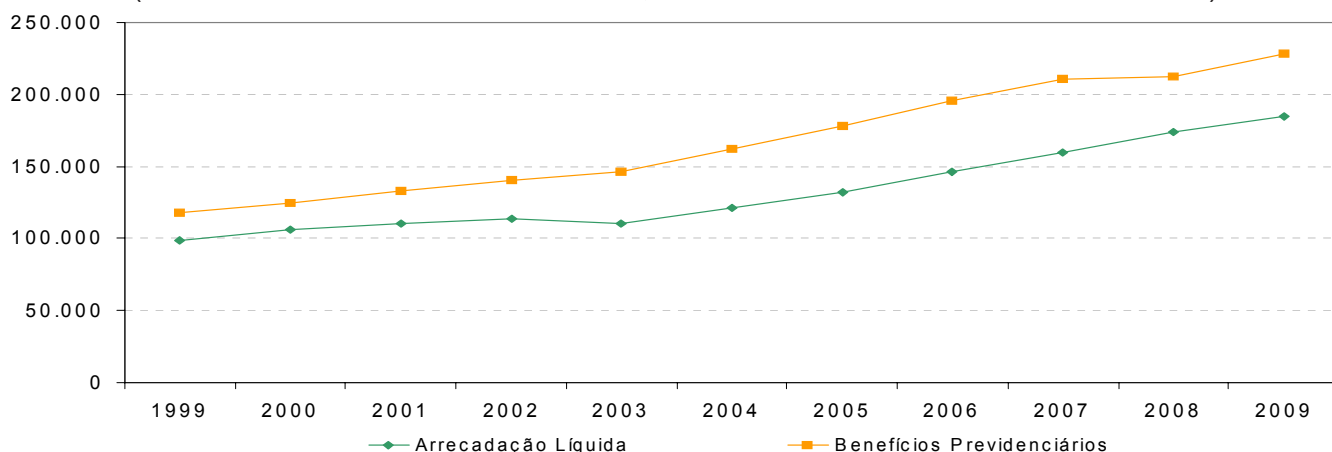
(2) Para o ano de 1993, estão sendo considerados os benefícios totais, isto é, previdenciários + especiais (EPU). A partir de 1994, consideram-se apenas os benefícios previdenciários.

(3) A partir de 1999, considera-se a devolução de benefícios.

(4) Nos meses de janeiro a julho de 1999, inclui valores de Imposto de Renda (IR) de benefícios previdenciários que foram provenientes de emissões de DARF sem transferência de recursos.

(5) Em Out/97, não foram provisionados recursos para pagamento de benefícios no montante de R\$ 2,288 bilhões, os quais foram pagos pela rede bancária, segundo acordo firmado com o INSS.

Arrecadação Líquida X Despesa com Benefícios Previdenciários
(acumulado até dezembro de cada ano, em R\$ milhões de Dezembro/2009 - INPC)



REMETENTE: Secretaria de de Políticas de Previdência Social
Esplanada dos Ministérios
Bloco "F", 7º andar, sala 750
Tels.: (0-XX-61) 2021-5011
Fax: (0-XX-61) 2021-5408
e-mail: cgep@previdencia.gov.br
70.059-900 – Brasília/DF



PREVIDÊNCIA SOCIAL
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

IMPRESSO